

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DIANTE DAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS DOS BRICS

BRAZIL'S FOREIGN POLICY IN THE FACE OF BRICS' CHALLENGES AND PERSPECTIVES

Alexandre César Cunha Leite (UEPB)
alexandre.leite@ccbsa.uepb.edu.br

Melissa Rejane Granjeiro de Sousa (UEPB)
melissarsousa@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir a atuação brasileira diante dos BRICS e como sua política externa tem-se pautado para cada vez mais firmar o seu engajamento internacional e a consolidação dessa parceria entre os cinco países. Apresenta, ainda, os principais desafios e perspectivas diante da atual conjuntura de mudanças da ordem global.

Palavras-Chaves: Brasil. BRICS. Política Externa Brasileira. Ordem Global.

Abstract: This article aims to discuss Brazil's performance in BRICS' context and how its foreign policy has been based to increasingly establish its international engagement and consolidation of the partnership among the five countries. It also presents the main challenges and perspectives on the current situation of change in the global order.

Key-words: Brazil. BRICS. Brazil's foreign policy. Global Order.

Recebido: 12/01/2015

Aprovado: 23/01/2015

Considerações iniciais

Em um contexto de grandes transformações no cenário internacional contemporâneo, a possibilidade de constituição de uma nova ordem global tem sido pauta de grandes discussões nos últimos anos. Em face das diferentes coalizões políticas criadas, a governança global assume novos contornos e um aspecto mais dinâmico e complexo, envolvendo uma multiplicidade de atores que se unem para garantir a divisão de responsabilidades e a criação de alternativas em momentos de crise.

O surgimento de coalizões de geometria variável (PECEQUILO, 2008), como são designados os grupos de países que se unem para formar diferentes alianças com objetivos diversos, aponta que existe uma iniciativa de fortalecer o sistema multilateral e ampliar os canais de participação dos países emergentes em instâncias decisórias (AMORIM, 2007). Nessa conjuntura, países como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, nações que apresentam ao mesmo tempo enormes disparidades e algumas semelhanças, vislumbraram por

meio da sua união, o BRICS, grosso modo, um foro no qual esses países compartilham interesses comuns e pleiteiam uma maior coordenação na condução da política econômica internacional.

O Brasil ocupa, cada vez mais, um lugar de destaque entre as maiores economias mundiais e, apesar da baixa capacidade de coordenação estratégica do Estado brasileiro, a formulação e a execução de sua política externa têm sido direcionadas para temas e formas de engajamento que se coadunam com a aspiração de um espaço e uma atuação de destaque na arena internacional, especialmente no âmbito dos BRICS.

Esse artigo tem como objetivo discutir a atual configuração externa em transição na qual se inserem os BRICS e a postura brasileira por meio da sua política externa, isto é, apresenta como o Brasil tem-se posicionado diante desse grupo e como sua política externa tem-se pautado para cada vez mais firmar o seu engajamento internacional e a consolidação dessa institucionalização entre os cinco países. Outrossim, aponta os principais desafios compartilhados pelos países que o formam e as perspectivas otimistas que os unem.

1. **A emergência de uma nova Ordem Global**

As discussões acerca das mudanças no cenário internacional ao longo dos anos se concentram em dois aspectos: na capacidade de influência dos países e na posição que ocupam na conjuntura de poder entre os Estados. A possibilidade de constituição de uma nova ordem global incita debates sobre hegemonia e polaridade dentro do sistema internacional que evidenciam o quão transitório é o momento histórico atual (MOREIRA JR, 2012).

De acordo com Fiori (2009), para entender as transformações mundiais contemporâneas é preciso fazer uma análise da conjuntura internacional desde a origem do sistema mundial moderno. Logo, ao longo da segunda metade do século XX, o sistema de nações experimentou diferentes ordens globais, marcadas por expansão do comércio mundial, guerras e acúmulo de riquezas, nas quais os países europeus e os Estados Unidos se alternaram sobre o controle destas Ordens Globais, originando o poder político e econômico das grandes potências hegemônicas.

Segundo Fiori (2009, p. 168), “depois do estudo das origens do poder político, da economia de mercado e das primeiras formas de acumulação capitalista na Europa, a partir do século XII, nossa pesquisa nos trouxe de volta ao “longo Século XVI”, ou seja, à verdadeira data de nascimento dos Estados e economias nacionais e do “sistema mundial moderno”, criado e comandado pelos europeus até a primeira metade do século XX, quando sua

liderança passou para as mãos dos Estados Unidos e a descolonização da África e da Ásia multiplicou o número dos seus “sócios” com a criação de cerca de 130 novos Estados independentes.

Pois bem, a mudança desse paradigma de dominação, avançando a história até os dias atuais, mostra uma tentativa de rearranjo de poder que abre espaço para que novas lideranças conduzam, de forma mais democrática, uma multilateralização do sistema internacional na articulação dos diferentes assuntos globais. De fato, ao se tratar do funcionamento do sistema mundial, além de fases distintas, deve-se considerar que a desigualdade no desenvolvimento da distribuição da riqueza entre as nações está além da dimensão econômica, trazendo para a reflexão a dimensão estratégica e política entre as nações.

Segundo a percepção exposta por Fiori (2009, p. 176),

[p]or razões diferentes, nos períodos de grande bonança econômica internacional, assim como nos períodos de intensificação da competição e das lutas entre as grandes potências do sistema mundial, tendem a se ampliar os espaços e as oportunidades para os Estados situados na periferia do sistema. O aproveitamento político e econômico dessas oportunidades, entretanto, depende, em todos os casos, da existência dentro desses Estados e dessas economias nacionais de classes, coalizões de poder, burocracias e lideranças com capacidade de sustentar, por um período prolongado de tempo, uma mesma estratégia agressiva de proteção de seus interesses nacionais e de expansão de seu poder internacional. Nessa direção, é possível identificar uma grande mobilização social e política da energia interna do país – na forma de revoluções ou guerras – em todos os Estados nacionais que se transformaram em potências ao se projetar para fora de si mesmos e construir o “sistema mundial moderno”.

É nesse cenário mundial constituído de grandes potências, potências médias e países não desenvolvidos que, ao definirem seus posicionamentos, segundo argumenta Fiori (2009), os Estados não são mais considerados bons ou maus, nem piores nem melhores. O que eles representam e como se posicionam são derivados de momentos históricos, assumindo, assim, posições mais ou menos favoráveis à paz e à justiça internacional. Ou seja, passam a tratar racionalmente os problemas e as oportunidades postas pelo cenário. É segundo essa perspectiva que se pensa a ascensão das potências médias (economias emergentes) no final do século XX e início do século XXI.

Com o abalo provocado pela crise financeira de 2008, economias emergentes com desempenho econômico positivo, como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, passaram a ser mais atuantes nas discussões acerca dos rumos do sistema econômico global, evidenciando um processo de aproximação entre grandes países periféricos (MOREIRA JR,

2012). Com isso, ficou claro o potencial de participação desse grupo em mecanismos multilaterais de decisão política, além de se tornarem importantes representantes da nova configuração do comércio e da economia global.

De acordo com Fletes (2010, p.142),

[a] atual ordem global reflete uma mistura de um concerto de grandes potências e de estruturas multirregionais. Ela consiste, de um lado, na União Européia como uma região relativamente funcional e, de outro, em muitas grandes potências sem regiões funcionais, como os Estados Unidos, a China, a Rússia e a Índia.

Brasil e África do Sul, assim como China e Índia, são os Estados e as economias mais importantes de suas respectivas regiões, responsáveis por uma parte expressiva da população, do produto e do comércio interno e externo da América do Sul e da África (FIORI, 2007), portanto com potencial para, por meio de estratégias globais, garantirem posições políticas conjuntas em temas da agenda global.

Nesse sentido, a formação de blocos de múltiplos objetivos é fator-chave para entender a transição atual, pois dentre seus principais objetivos está o de potencializar decisões que seriam tomadas por apenas um país. A partir dessa perspectiva, os BRICS se destacam pelo alcance de suas ações, sobretudo ao permitirem a intensificação da interação entre os seus membros no tabuleiro das relações internacionais.

2. Uma Política Externa Brasileira direcionada ao engajamento internacional

A inserção brasileira no meio internacional temse intensificado na última década. De acordo com analistas, o Brasil está em um momento de afirmação como uma das principais potências do cenário internacional (LIMA & HIRST, 2006; FLEMES, 2010). De fato, nos últimos anos, a atuação brasileira temse consolidado cada vez mais. A nova dinâmica da ordem internacional, cada vez mais multilateral e aberta à participação de novas potências, tem sido um fator de influência nessa trajetória.

Por meio da sua reestruturação política e econômica, juntamente com a onda de transformações da economia política global, o Brasil aspira à maior inserção internacional. O seu papel em diferentes fóruns e concertos internacionais, como G20, IBAS e BRICS, corrobora uma atuação mais influente, sendo apontado como um possível líder entre os países emergentes, sobretudo nas discussões que envolvem produção agrícola e energia renovável.

O anseio por uma maior participação no sistema internacional é pauta da política externa brasileira desde a Era Vargas, juntamente com a busca pelo desenvolvimento. Porém,

a busca pela consolidação como uma potência global se tornou prioridade por meio de alianças estratégicas regionais e não regionais com médias potências e potências emergentes (VIZENTINI, 1999).

Foi, assim, no início do século XXI que houve uma maior participação do Brasil em regimes multilaterais, conjugada com a retomada do crescimento econômico brasileiro e marcada por uma busca mais assertiva pelo seu espaço de atuação e respeito na ordem mundial. Embora a inserção internacional do país estivesse presente na pauta da política externa brasileira desde o século passado, o governo de Lula da Silva direcionou esforços para uma política externa caracterizada pela “autonomia da diversificação”, que tinha como proposta reduzir as assimetrias na seara internacional e equilibrar a posição das grandes potências por meio de coalizões de países emergentes (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Essa diversificação de parcerias buscava reduzir as vulnerabilidades externas, além de universalizar as relações internacionais brasileiras, sobretudo com países emergentes, como Índia, Rússia e China. Nesse sentido, o Brasil, no momento em que a economia dos países desenvolvidos sofre uma desaceleração, passa a incentivar mecanismos de cooperação intra-BRICS, uma vez que esses países apresentam melhores condições econômicas, atraindo assim mais investimentos e aumentando os fluxos de comércio. Além de reduzir vulnerabilidades, outro objetivo dessa iniciativa era reforçar a coesão econômica por meio da mudança de poder econômico, não apenas por meio do aumento do comércio e dos investimentos entre os países do bloco, mas também pela cooperação em outros setores que promovessem o crescimento econômico dos membros, reforçando a ascensão conjunta dessa plataforma política e econômica na hierarquia internacional (FLEMES, 2010).

Entre as diretrizes pelas quais a política externa brasileira passou a ser pautada, Vigevani e Cepaluni (2007) destacam a busca por maior equilíbrio internacional, o fortalecimento das relações bilaterais e multilaterais e o adensamento das relações diplomáticas com diferentes atores. Esse direcionamento da PEB objetivava atenuar o unilateralismo do sistema internacional e aumentar o peso do Brasil nas negociações políticas e econômicas que implicaram tanto no aprofundamento de alianças de caráter Sul-Sul como na intensificação da relação entre os países do BRICS.

Para Cervo (2010), as mudanças pelas quais a ordem internacional passou permitiram que a política externa brasileira fosse implementada de maneira mais participativa e ativa, tanto para mitigar a desigualdade quanto para formular um novo paradigma de atuação de países considerados emergentes. O multilateralismo estabelecido entre países centrais e

emergentes permitiu que dependências estruturais fossem enfrentadas a fim de atenuá-las e promover a aliança entre esses países na tentativa de projetar os interesses brasileiros no sistema internacional.

A grande prioridade dada às negociações multilaterais permitiu a cooperação com parceiros não tradicionais, como África, Oriente Médio e China, que tinha como pauta a ação coordenada de países em desenvolvimento para reduzir as assimetrias de poder na ordem internacional. Com isso, os ajustes implementados no perfil da política externa consolidaram uma relação de maior equilíbrio no diálogo Norte-Sul e o aumento do protagonismo internacional brasileiro (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

O esforço sempre presente em alcançar um padrão de interação coletiva que priorizasse ações multilaterais permitiu uma solidez das relações internacionais brasileiras. A opção pelo multilateralismo está presente na sua política externa por meio de princípios sempre defendidos, como a não intervenção, o pacifismo e o respeito ao direito internacional, aliados ao pragmatismo com o qual os interesses do país e a promoção do desenvolvimento econômico e social foram perseguidos (AMORIM apud REIS, 2012). Iniciativas como a diversificação de parcerias proporcionaram uma projeção em questões mundiais, indo além de um espaço regional ou de temas relacionados à América do Sul.

O protagonismo do Brasil na busca pela autonomia e diversificação das suas relações com diversos atores no mundo reitera a convicção de que a política externa brasileira trabalha sempre visando uma inserção internacional como forma de ser um instrumento para a construção de uma ordem mundial pautada na cooperação entre os países.

Nesse cenário, as coalizões como o BRICS desempenham um papel fundamental na defesa de posições brasileiras, conduzindo com assertividade sua agenda e a defesa das reformas das estruturas do sistema a partir da maximização dos recursos de poder e da confiança nacional consolidada no governo Lula da Silva.

Fazer parte de um mecanismo como o BRICS causa um impacto positivo nas relações bilaterais do Brasil com os outros quatro membros isoladamente, além de ser uma forma de firmar seu espaço e relações de destaque com os outros países com maior capacidade de projeção no cenário internacional nos próximos anos.

Uma vez que a posição do grupo é o fortalecimento dos organismos internacionais e a reforma deles, a importância do BRICS para a política externa brasileira é estratégica (FLEMES, 2010). A defesa de uma multipolarização da ordem global pelo bloco reforça o pleito por uma distribuição de poder no sistema internacional. Ademais, a existência de uma

agenda convergente dos BRICS permite um alinhamento entre os países que otimiza a inserção internacional brasileira. A participação do Brasil no bloco permite, ainda, uma situação de menor dependência e de maior aproximação do sistema internacional, além da maior projeção dos interesses nacionais (PENNA FILHO, 2012).

Para Miyamoto (2000), a presença brasileira em organismos internacionais e arranjos multilaterais é um traço permanente da sua política externa, considerando a capacidade limitada de poder e influência do país. Atuando muitas vezes como mediador, a partir dos BRICS, o Brasil ganha visibilidade internacional e legitima sua habilidade de exercer um perfil político na comunidade internacional.

Para Azambuja (2009), o grupo dos BRICS é o caminho para que o Brasil consiga acesso para seus produtos comerciais nos mais diferentes mercados mundiais e isso inclui acesso às tecnologias de ponta com a transferência de *know-how* entre as nações e acesso aos centros de poder, isto é, aos encontros e cúpulas essenciais para a tomada de decisões no cenário internacional.

O engajamento do Brasil no BRICS permite maior projeção externa do país para que os seus interesses sejam contemplados no sistema internacional. De acordo com Lins da Silva (2012), “participar do bloco seguramente incrementa sua força relativa própria nas discussões internacionais, melhora sua imagem no mundo e ajuda a expandir sua possível influência”.

Além disso, o Brasil passa a ter maior capacidade de influência na economia global, apresentando-se como um mercado emergente com grande potencial, muito embora não alcance a dimensão econômica chinesa. O BRICS se configura como uma tentativa de o Brasil alcançar seus objetivos em um ambiente político e normativo mais favorável (SENNES 2012). A criação de regras mais flexíveis na mudança da arquitetura da governança global confere ao país maior oportunidade de fazer parte das decisões globais e diminuir sua vulnerabilidade externa que constrange seu desenvolvimento político, econômico e social. Essas vulnerabilidades, de acordo com Guimarães (2003), são tanto de natureza econômica, como política e tecnológica, sendo a primeira o déficit nas transações correntes; a segunda, a ausência do país em centros de decisões mundiais como o Conselho de Segurança da ONU; e a terceira, a dependência de parcerias externas para inovação e importação no setor de tecnologia.

O BRICS permite, ainda, ao Brasil introduzir agendas específicas em áreas de seu interesse. Isso inclui temas que abrangem desde a atração de investimento, a diversificação da pauta de exportação, a cooperação científica e tecnológica e o desenvolvimento agrário até

temas relacionados à propriedade intelectual, demandas estas que vão além da esfera econômica, estabelecendo uma agenda de desenvolvimento sustentável (SARAN; VIVAN, 2013).

Reforçar os laços econômicos entre os países intra-BRICS é, portanto, condição indispensável para que o Brasil projete seus interesses no sistema internacional e possa exercer maior influência no processo de modificação da ordem global, sobretudo na reforma das suas instituições financeiras.

Apesar das diferenças entre o Brasil e os outros grandes Estados periféricos, ao compartilharem características e interesses comuns e estarem situados em regiões distantes, seus interesses não são diretamente competitivos e, assim, há condições para a construção de projetos políticos comuns (GUIMARÃES, 1999 apud VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p.199).

Se no período da Política Externa Independente o Brasil adotava um perfil de atuação autônoma, hoje é possível observar um forte engajamento em temas internacionais por meio de uma política externa mais ativa e direcionada por uma ação conjunta, coordenada e propositiva, que busca um maior equilíbrio internacional e que fortalece relações bilaterais e multilaterais, como o BRICS, de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais e tornar o país um *global player* por meio da diversificação das parcerias para promover o desenvolvimento nacional (SARAIVA, 2010).

3. BRICS: Perspectivas e desafios

Conforme já foi explicitado no presente artigo, as coalizões que hoje dominam parte do cenário externo são responsáveis por grande parte da transformação do ambiente político internacional dos últimos anos. A tentativa de coordenar esforços reflete uma verdadeira articulação Sul-Sul na condução da política internacional e a consolidação de grupos como os BRICS uma forma de desconcentrar o poder político e econômico.

Para Hirst e Lima (2009), o elemento fundamental que reúne as potências emergentes, países do Sul ou grupos regionais, é a transformação da ordem internacional. Sendo assim, a proposta de uma mudança da ordem global, bem como a proposição de uma nova agenda, torna-se mais forte quando apresentada por uma coalizão. Nesse sentido, além da considerável participação desses grupos em termos econômicos e comerciais, o valor simbólico, de proponentes de mudanças, é bastante significativo.

Sobre o conjunto de países, designados pelo acrônimo BRICS, muito se tem discutido sobre o seu papel na ordem internacional e na capacidade de desempenhá-lo. Forçar a

promoção de mudanças por meio de uma coordenação eficaz, contestar a predominância de pólos de poder, democratizar os fóruns internacionais e gerenciar momentos de crise são apenas alguns dos objetivos do grupo.

Jim O’Neill chefe da pesquisa econômica global da Goldman Sachs (2003), lançou as bases para o que poderia tornar-se o BRICS com a publicação de um relatório, em 2003, que apontava uma categoria de países em desenvolvimento com crescimento econômico acelerado e fatores em comum como as dimensões da economia, renda per capita, extensão territorial e população. Apesar de inicialmente ser caracterizado como uma categoria analítica, sua atuação vai além de um suporte para o crescimento econômico da economia mundial com capacidade de influenciar fortemente na recuperação de crises financeiras. Considerado por analistas um bloco institucionalizado, o BRICS tem sua importância reconhecida perante a comunidade internacional pelo papel fundamental que desempenha política e economicamente no sistema global.

Os BRICS possuem a particularidade de se destacar tanto pela força individual crescente dos seus membros quanto pelo peso da sua atuação conjunta. Considerando as diferentes formas de cooperação internacional no decorrer dos anos, esse grupo se distingue também pelo seu caráter original e pelas perspectivas inovadoras de uma interação baseada na sincronia do objetivo coletivo, isto é, uma nova governança global com uma distribuição de poder mais equitativa.

Os interesses recíprocos e os desafios semelhantes permitem que haja diálogos e trocas entre os países que vão além de questões estritamente econômicas. Atuando de maneira coordenada, a articulação dos BRICS concentra esforços na sua demanda por maior representação nas instituições financeiras internacionais (FLEMES, 2010) e por uma ordem mundial mais democrática e multipolar que somente será possível por meio de uma série de reformas na comunidade internacional.

Apesar da crescente relevância dos BRICS no cenário externo, esse grupo de países são assaz diversos histórica e culturalmente e com interesses econômicos muitas vezes conflitantes. O Brasil é exportador de commodities alimentícias e minerais; a Rússia é exportadora de matéria-prima energética; já a Índia dedica-se ao desenvolvimento de tecnologia de ponta; enquanto a China conta com um grande mercado interno e com sua produção de produtos de consumo de massa. Ao passo que Brasil e Índia apresentam semelhanças na sua política mais democrática, China e Rússia possuem características autoritárias, além das diferentes políticas econômicas adotadas e implementadas por cada país

e a posição individual que estes ocupam em instituições como FMI e Banco Mundial (FIORI, 2007).

Por não terem uma condição político-econômica comum, tampouco uma posição geográfica que os una, o BRICS está repleto de paradoxos (GONÇALVES, 2009), possuindo ainda muitos assuntos que os dividem (FLEMES, 2010). Apesar de serem classificados como países emergentes, existem grandes diferenças na ascensão que possuem no sistema internacional, que coloca a China em um patamar acima da Rússia, que por sua vez está acima da Índia e do Brasil e, por conseguinte, da África do Sul. Os estágios de topo, reafirmação e emergência no sistema global são bastante heterogêneos do ponto de vista do peso econômico, além das formações sócio-culturais que igualmente são bem distintas umas das outras (ALMEIDA, 2009).

Por outro lado, os BRICS partilham de particularidades específicas. São países de grande extensão geográfica que enfrentam dificuldades semelhantes, como a desigualdade social e que possuem um enorme potencial econômico a ser explorado. Apesar de formações históricas e matrizes culturais diferentes, os BRICS têm obtido êxito na construção de uma agenda própria de cooperação, com estímulo ao comércio entre os seus membros, sobretudo por meio da aproximação entre os bancos de desenvolvimento dos países que o compõem (REIS, 2012).

A agenda de cooperação entre os BRICS se desenvolveu consideravelmente ao longo do amadurecimento desse grupo. De acordo com a Declaração de Ecaterimburgo (BRICS, 2009), é possível mapear as principais áreas nas quais esforços conjuntos têm sido destinados. A cooperação na área energética, especialmente de energias renováveis é um expresso desejo desses países. A segurança alimentar global, que se refere ao controle da instabilidade dos preços dos alimentos decorrente de desastre natural, a importância da produção dos biocombustíveis, o desenvolvimento de energia nuclear, a cooperação no âmbito da saúde pública (em virtude da luta contra AIDS motivada pela África do Sul) e o desejo de iniciar uma cooperação na área espacial são alguns dos pontos de convergência da coalizão BRICS e algumas de suas principais perspectivas de atuação conjunta.

O grande desafio dos BRICS é promover decisões que sejam capazes de alterar a governança global (HERZ, 2013). O novo paradigma de atuação internacional pleiteado pelos países do BRICS reflete uma nova configuração do sistema internacional em direção a uma distribuição de poder mais equilibrada, que busca não apenas a substituição da potência

hegemônica, mas sim uma maior participação de outros atores na condução da ordem internacional. Nas palavras de Rocha (2012, p.97),

[a]s intersecções de seus interesses explicam, em larga medida, as posições conjuntas, especialmente com respeito ao fortalecimento das estruturas de governança global integradas pelos Estados nacionais. [...] Os BRICS buscam de fato se reposicionar favoravelmente nas organizações internacionais, reafirmando uma agenda efetivamente conservadora. Trata-se de buscar uma mudança na ordem, mais do que uma mudança da ordem internacional.

Considerações finais

A necessidade de novos mecanismos de governança global requer o fortalecimento do princípio do multilateralismo e a configuração de uma ordem global multipolar. A crescente relevância dos BRICS nesse cenário aponta o grupo como um novo centro de influência em uma estrutura multipolar de poder e evidencia a ascensão de potências emergentes na gerência de assuntos do sistema mundial.

O Brasil tem investido nas negociações multilaterais porque não possui capacidade suficiente de se projetar como deseja e, em virtude disso, seu engajamento internacional está alicerçado em coalizões de geometria variável e na atuação diplomática no âmbito de instituições e regimes internacionais. Essa atuação da sua política externa tem sido pró-ativa e pragmática, pautada em diretrizes que consolidam a credibilidade internacional do país como um ator capaz de desempenhar papel de relevo na arena internacional. Destarte, é pela construção de uma ordem global mais democrática e inclusiva para países em desenvolvimento que o discurso brasileiro se coaduna e se empenha na iniciativa BRICS.

O impacto do BRICS na ordem político-econômica global é uma realidade, apesar de as dificuldades de coordenação do grupo serem consideráveis devido ao peso desproporcional dos seus membros. Não obstante, apesar da enorme diversidade existente entre os cinco países, existe a vontade e a disposição de alterar uma estrutura ultrapassada que ainda domina as instituições multilaterais e de tornar a ordem global mais dinâmica e acolhedora de um conjunto de países que contribui para a estabilização das relações internacionais.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de (2009). O papel dos Bric na economia mundial. *In* CEBRI (org.). **Comércio e negociações internacionais para jornalistas**. Rio de Janeiro: Ed. CEBRI, 57-65.

AMORIM, Celso (2007). Grupo dos sete. **Valor Econômico**, Brasília, 24 abr 2007. Publicado em [<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores>]. Disponibilidade: 10/02/ 2014.

AZAMBUJA, Marcos (2009). O clube dos BRIC, onde tamanho é documento. In: PEREIRA, Antonio Carlos. **A política externa do Brasil: presente e futuro**. Brasília: Fundação Liberdade e Cidadania, 25-38.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. (2009). **Cúpula dos chefes de Estado e Governo do BRICS**: Ecaterimburgo 16 de junho de 2009 – Declaração Conjunta. Publicada em [<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/06/17/cupula-dos-chefes-de-estado-e-de-governo-dos-brics>]. Disponibilidade: 16/02/.2014.

BRICS 92009. Declaração de Ecaterimburgo. Publicado em [http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/73-primeiro-declaracao] Disponibilidade: 02/02/2015

CERVO, Amado Luiz (2010). Brazil's Rise on the International Scene: Brazil and the World. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, 53 (edição especial): 7-32.

FIORI, José Luís (2007). A nova geopolítica das nações e o lugar da China, Índia, e África do Sul. **Revista de Economia Heterodoxa**, Rio de Janeiro, 6 (8): 77-106.

FIORI, José Luís (2009). O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações. **Crítica y Emancipación**, (2): 157-83,. 200.

FLEMES, Daniel (2010). A visão brasileira da futura ordem global. **Contexto Internacional**.Rio de Janeiro, 32 (.2): 403-36.

FLEMES, Daniel (2010). O Brasil na iniciativa BRIC: Soft balancing numa ordem global em mudança? **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, 53 (1): 141-56.

GOLDMAN SACHS (2003). Dreaming with BRICS: The Path to 2050. **Global Economics Paper N. 99**. Publicado em [<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/brics-dream.pdf>] Disponibilidade: 02/02/2015

GONÇALVES, José Botafogo (2009). BRIC: sigla contingente ou permanente? **Revista de Política Externa**, São Paulo, 18 (2): 89-97.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (2003). **Discurso proferido pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães por ocasião da transmissão de cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores**. Brasília, 09 jan 2003, publicado em [<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/secretario-geral-relacoes-exteriores/Discurso-Proferido-pelo-Embaixador-Samuel-Pinheiro/>] Disponibilidde: 11/03/ 2014.

HERZ, Mônica; DUTRA, Antônio (2013). **Os BRICS em revisão de literatura**. Working Paper. Abril, 2013. Publicado em [<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/5990/doc/1253242972.pdf>]. Disponibilidade: 26/02/ 2014.

HIRST, Mônica; LIMA, Maria Regina Soares de (2009). Brasil como país intermediário e poder regional. In HURRELL, Andrew et al. **Os Brics e a Ordem Global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 43-79.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (2012). BRICS: de acrônimo esperto a fórum influente. In **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 101-06.

MIYAMOTO, Shiguenoli (2000). O Brasil e as negociações multilaterais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, 43(1): 119-37.

MOREIRA JR., Hermes (2012). Os da Brics e a Recomposição Ordem Global: Estratégias de Inserção Internacional das Potências Emergentes. **Revista Conjuntura Austral**, Rio Grande do Sul, 3 (9-10): 71-89.

PECEQUILO, Cristina Soreanu (2008). A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, 51 (2): 136-159.

PENNA FILHO, Pio (2012). África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, 44 (1): 69-93.

REIS, Maria Edileuza Fontenele (2012). BRICS: Surgimento e evolução. *In* PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). **O Brasil, os Brics e a agenda Internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 31-47.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da (2012). O Brasil, os BRICS e a agenda internacional: ceticismo, intersecções e oportunidades. *In* PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). **O Brasil, os Brics e a agenda Internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 87-99.

SARAIVA, Miriam Gomes (2010). A diplomacia brasileira e a visão sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, 1 (1): .45-52.

SARAN, Samir; VIVAN, Sharan (2013). As vantagens do Brasil nos BRICS. **Gazeta Russa**, 29 mar 2013. Publicado em[http://gazetarussa.com.br/internacional/2013/03/29/as_vantagens_do_brasil_no_brics_18283.html]. Disponibilidade: 12/03/ 2014.

SENNES, Ricardo (2012). Nem restauradores nem reformadores: o engajamento internacional seletivo e minimalista dos BRICS. *In* PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 235-45.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel (2007). A política externa de Lula da Silva: A estratégia de autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, 29 (2): 273-335.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes (1999). O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, 20 (1): 134-54.